POR 30 DIAS

Maurício Gomes e Paquito assumem cargo de vereador na Câmara de Tangará

Assumiram o cargo de vereador por 30 dias

Eles substituirão os vereadores Horácio e Professor Sebastian

REDAÇÃO DS / Rádio Serra FM

Os suplentes Adilson Gonçalves de Oliveira (PTB), conhecido como Paquito, e Maurício Gomes (UB) assumiram o cargo de vereador por 30 dias. A posse ocorreu nesta terça-feira, 5 de julho, durante a 23ª Sessão Ordinária realizada na Câmara Municipal.

Eles substituirão os vereadores em exercício, Horácio Pereira (UB) e Professor Sebastian (Cidadania), que se afastaram das funções legislativas para tratar de assuntos particulares.

Paquito iniciou agradecendo a todos pela oportunidade e se comprometeu em representar o município e a população, com muita responsabilidade. "Todos os projetos que tramitarem no Legislativo tangaraense, que forem bons para o município, bons para a população, estarei defendendo", garante o vereador suplente, que já está elaborando uma pauta de trabalho, através de requerimentos, indicações e projetos. "Que Deus nos abençoe e nos dê um bom trabalho".

> Que Deus nos abençoe e nos dê um bom trabalho

Também entusiasmado com a oportunidade, Maurício Gomes afirmou que dará sequência ao trabalho iniciado há pouco tempo, o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que culminou com revogação de uma lei municipal que previa a cobrança de uma taxa inconstitucional embutida no carnê do IPTU, e que proporcionou uma economia ao cidadão tangaraense de R$ 1,4 milhão.

"Conseguimos sensibilizar o prefeito e ele mandar projeto para acabar com a taxa de conservação no carnê do IPTU", lembra. Agora prepara para apresentar projeto para redução de mais taxas. "A taxa de expediente gira em torno de 20 mil reais anuais, mas, ainda que fosse um centavo, por ser inconstitucional, vamos apresentar esse projeto para extinção dela".

Ele adianta que apresentará também outro projeto visando a transparência da execução financeira e orçamentária do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fudeb), que recentemente gerou polêmica entre profissionais da educação de Tangará da Serra.

Maurício Gomes e Paquito Adilson encerram a participação no Poder Legislativo em 31 de julho, com o retorno dos vereadores titulares, eleitos em outubro de 2020.

A audiência será às 15 horas

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Deputados começam a debater o PLDO/2023

Primeira audiência pública para debater o projeto será nesta quarta

Assessoria

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realiza, por intermédio da Comissão de Constituição e Justiça e Redação (CCJR), nesta quarta-feira, 6, a 1ª audiência pública para debater o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (PLDO-573/2022), em tramitação no legislativo desde o último dia 1 de junho. A audiência será às 15 horas, na sala Deputada Sarita Bacarat.

A peça orçamentária encaminhada pelo Governo do Estado envolve uma previsão de receita corrente líquida de R$ 24,308 bilhões para o exercício financeiro de 2023. Com o cronograma definido, os deputados têm até o dia 9 de setembro para a apresentação de emendas. A 2ª votação em plenário está prevista para acontecer no dia 14 de setembro.

O PLDO é o instrumento normatizado pelas Constituições Federal e Estadual para fazer a ligação entre o Plano Plurianual (PPA) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA). A sua função principal é do estabelecimento dos parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual.

> Os deputados têm um prazo para apresentar emendas

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (UB), afirmou que o cronograma foi definido para que o Parlamento estadual vote em 1ª à peça orçamentária até o dia 13 de julho.

"Espero que esse cronograma seja cumprido. Os deputados têm um prazo para apresentar emendas, e se tudo der certo o votaremos em primeira em julho. Não vai dar tempo para votar a proposta em segunda antes do recesso", disse Botelho.

Ele disse ainda que o retorno às atividades parlamentares está previsto para 1º de agosto.